



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências**

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

Implicações da política fiscal ultraneoliberal no orçamento da Seguridade Social

Fabício Rodrigues da Silva¹

Edna Tania Ferreira da Silva²

Mauricelia Cordeira³

Gabrielle Santos Félix⁴

1 Desenvolvimento

O resumo expandido apresenta resultados de pesquisa desenvolvida na iniciação científica universitária. Analisa, por meio da realização de pesquisa documental e bibliográfica, a estrutura fiscal no ultraneoliberalismo e as implicações no orçamento da seguridade social brasileira, a luz do materialismo histórico-dialético.

Observamos que o ajuste fiscal brasileiro é um processo consecutivo, realizado pelos governos instituídos pós-democratização brasileira de 1988. A permanência da agenda fiscal independente do espectro político e demonstram que ele vem integrando a estrutura do Estado frente a crise capitalista. Com o agravamento da crise econômica na particularidade brasileira a partir de 2015, radicaliza-se o ajuste fiscal no âmago da política econômica dos governos ultraneoliberais: Michel Temer (2016 – 2018), constituído por meio do golpe de Estado em 2016 e, o governo Bolsonaro (2019 – 2022), cuja eleição teve influência direta da condenação e prisão política de Lula em 2018. Esses governos manifestam a reação burguesa à queda tendencial da taxa de lucro,

¹ Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: fabricao.rodrigues@academico.ufpb.br.

² Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: silva_edna@uol.com.br.

³ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mauricelia.silva@academico.ufpb.br.

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: gabrielle.felix@academico.ufpb.br.

demarcando o deslocamento das frações da classe dominante para o campo político de direita e extrema-direita (Behring, 2021).

No período analisado, percebemos que ambas as medidas, Desvinculações de Receitas da União (DRU) e Renúncias Tributárias, retiraram o equivalente a 25% do OSS em 2016, subindo para 27% em 2017, 28% em 2018 e 29% em 2019. Já nos anos de 2020, 2021 e 2022, os percentuais de ambas as medidas em relação a arrecadação do OSS foram em proporções menores, alcançando 18%, 18% e 12%, respectivamente. DRU e Renúncias, somadas, retiraram em média, 23% de todos os recursos arrecados pelo OSS no período de 2016 a 2022. Os governos ultraneoliberais destinaram, praticamente $\frac{1}{4}$ da arrecadação do OSS para as diversas frações do capital.

Por outra lado, as despesas da Seguridade Social tiveram crescimento pífio de 7%. Quanto a média de crescimento de cada política separada, a Previdência Social teve pífio crescimento de 4%, enquanto a Saúde de 6% cujo orçamento limitado impossibilitou a ampliação da assistência a população infectada pela COVID-19, que evoluiu para casos mais graves, ainda que o SUS tenha sido fundamental no enfrentamento da pandemia. Sem ele, o número de mortes teria sido muito maior. A Assistência Social teve crescimento de 76%, motivado pelo Auxílio Emergencial, criado no contexto pandêmico.

Por outro lado, a função orçamentária encargos especiais, que abriga as subfunções serviços da dívida interna, refinanciamento da dívida interna, ocupou a primeira colocação do OGU nos anos em análise, com participação de 47%, 47%, 58% e 47%, nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, respectivamente. O maior gasto do governo Bolsonaro foi com o pagamento dos serviços da dívida pública, contrariando o discurso governamental de que os gastos sociais sufocam a arrecadação tributária e engessam a capacidade de atuação do Estado brasileiro. Em média, no período, a função encargo especiais capturou 51,3% dos recursos do OGU, ou seja, pouco mais da metade de todos os recursos investidos pelo governo federal no país.

Referências

Behring, Elaine Rossetti. **Fundo Público, valor e política social**. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.